

Este texto corresponde à primeira parte do Cap. VI do trabalho *Adequação de Recursos Humanos para o Sistema de Ensino de 1ª e 2ª graus: uma abordagem político-administrativa*, apresentado pelos autores no Ciclo de Formação em Administração Pública da FUNDAP – Fundação de Desenvolvimento Administrativo, em São Paulo, maio de 1979. A segunda parte do capítulo, que descreve opiniões de líderes de classe e especialistas, quanto à situação dos vários profissionais do ensino, não foi aqui incluída por problemas de espaço. A íntegra do trabalho pode ser consultada na FUNDAP. (Nota da editora)

A MOBILIZAÇÃO DOS AGENTES EDUCACIONAIS DO SISTEMA ESTADUAL: BREVE HISTÓRICO

Ernestina da Silva Costa
Florinda Camarani
Luiz Roberto Leão Álvares
Pio Masami Ugayama

Da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Maria Anita de Oliveira Viegas

Da Secretaria de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo.

RESUMO

O trabalho registra alguns dados relativos ao movimento dos profissionais do ensino em São Paulo, em quatro momentos: as greves de 1963, 1978, 1979 e a eleição para a diretoria da APEOESP, em 1979. Partindo da caracterização das organizações da classe, analisa suas reivindicações nas várias etapas históricas, que apontam algumas tendências para o futuro.

SUMMARY

The article registers some data about the movement of the school workers in São Paulo, at four moments: the 1963, 1978 and 1979 strikes and the election for the Teacher's Association (APEOESP) in 1979. The authors characterize the different class organizations and analyse their claims in various historical phases, that indicate some tendencies for the future.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Para os objetivos do presente trabalho, é de grande importância uma análise do modo pelo qual agem e tendem a agir dois tipos de atores sociais: os que atuam no interior das escolas (meios de consumo coletivo) e os que atuam no interior dos órgãos de administração do ensino e das diversas associações, que tentam organizar a ação dos recursos humanos do sistema estadual de ensino (meios de gestão e de controle social).

Essa importância é justificada pela conjuntura política do país, marcada pelo esforço de transformar um "Estado Autoritário", caracterizado por uma sociedade civil fraca e restrita, em "Estado Liberal" e, na medida do possível, em "Estado Democrático", o que implica na expansão e fortalecimento da sociedade civil.

Essa transformação aconselha o redesenho do padrão das relações que regulam a ação dos diversos atores sociais e políticos, uma vez que o atual não se coadunaria às situações emergentes e que, persistindo, poderia gerar tensões e conflitos de natureza sócio-política de consequências imprevisíveis (como as relativas à paralisação dos serviços públicos, em que pese sua ilegalidade).

Admite-se como premissa que:

- o aspecto humano é tão ou mais importante que o aspecto físico ou institucional dos meios coletivos acima mencionados;
- o Estado não pode permanecer, sem graves riscos, indiferente ou insensível à ação de seu pessoal, devendo repensar e replanejar sua própria estratégia de ação, vale dizer sua política, para defrontar-se com as exigências desses outros atores;

c) "os diferentes grupos sociais, sempre que podem, procuram maximizar suas vantagens"¹;

d) a conjuntura mencionada permite ao pessoal investigado ampliar o espaço de suas conquistas, através de novas modalidades de ação, o que deverá ser levado em conta, na definição de estratégia de ação do Estado.

Com relação à primeira premissa, entende-se, em primeiro lugar, que é necessário ressaltar a importância da ação social e política, que só pode ser compreendida a partir de uma análise histórica e conjuntural, a mais abrangente possível, do quadro no qual se desenrola. Em lugar de considerar a questão apenas do ponto de vista da psicologia social e das organizações, ou outras disciplinas isoladas, é preciso realizar uma análise político-administrativa que chegue a uma visão integrada do problema.

Segundo, essa compreensão pressupõe referir-se a ação social e política à trajetória do sistema estadual de ensino de 1º e 2º graus, à sua situação global, no momento, à sua estrutura administrativa e à estrutura legal e real de seus recursos humanos.

A discussão que se segue baseia-se num quadro teórico que percebe a ação reivindicatória dos atores sociais e políticos envolvidos — a que busca realizar a maximização de suas vantagens — como sendo de dois tipos: a) a não organizada, que se desenvolve através dos "grupos de pressão"², e que por razões práticas, só excepcionalmente será considerada; b) a organizada, que se desenvolve através dos "movimentos sociais"³ e que, no caso de nossa conjuntura educacional, pode ser percebida como um "movimento social urbano".

Além disso, esse quadro dá especial importância a determinado movimento social: o movimento sindical, enquanto processo social predominantemente voltado para a maximização das vantagens de grupos sociais. Com relação a este, admite-se que pode assumir duas tendências que "representam modos extremos e opostos que, na prática do sindicalismo, não são estanques e podem se alterar"⁴:

a) uma "classista", voltada para a maximização das vantagens de toda uma classe social e que tende a desenvolver um "projeto revolucionário" comprometido com mudanças estruturais da ordem econômica e social; b) uma "associativista", voltada para a maximização das vantagens da categoria social que representa, e que se reveste de um caráter "economicista", "reformista", "obreirista" e cujo "voluntarismo", tão comum no "sindicalismo americano" tende à consolidação de um "sindicalismo independente"⁵.

As orientações do movimento sindical podem ser tipificadas através das manifestações dos diferentes sindicatos e de suas lideranças, tanto das velhas lideranças — "a velha burocracia sindical"⁶ — como das novas lideranças.

Sua ação reivindicatória desenvolve-se através de um conjunto de instrumentos de pressão, do qual a greve é o mais significativo, na medida em que constituiria a última "moeda ou recurso de poder" que os diversos grupos sociais e políticos lançam mão (após, viria o uso da força), na luta que travam, nas arenas nas quais se defrontam. Deve-se dar especial atenção às greves selvagens", onde são colocadas exigências de vantagens que estão além das possibilidades reais das estrutu-

ras sociais e políticas.

Segundo Leôncio Martins Rodrigues⁷ os atores centrais do movimento que se tenta compreender são o governo, as velhas lideranças e as novas lideranças. Essa ênfase nas lideranças justifica-se em função da força do papel representado na cena sindical pelos seus principais animadores e organizadores. Não se discutirá aqui a relação dirigentes-massa. A respeito desses atores diz o autor citado:

"... o governo... reluta em abrir mão de sua autoridade e poder de controle sobre o assalariado (e parcialmente sobre o patronato)."

"Do mesmo modo, a velha burocracia sindical tratou de opor-se às lideranças emergentes que vieram ameaçar suas posições."

"Ao contrário do período pré-64, as atuais lideranças sindicais se desenvolveram longe do poder. Nasceram afastadas do Estado e aprenderam a desconfiar das autoridades públicas. No clima do autoritarismo reinante e da marginalização dos sindicatos, compreende-se que as preocupações democráticas, ao contrário do passado, ocupem lugar de relevo nas orientações políticas das novas lideranças."

Acerca da burocracia do sistema estadual de ensino, seria preciso lembrar que, a nosso ver, ela estaria no final de um estágio de transição que viu uma "velha burocracia" ceder, cada vez mais, espaço a uma "nova burocracia". Dessa nova burocracia seria possível dizer que ela não goza da representatividade e da sensibilidade política da "velha burocracia": representantes de lideranças locais, prefeitos e chefes políticos, homens acostumados a negociar, a promover composições, a soluções de compromissos, a acertos, mas acima de tudo, dotados de grande habilidade em evitar confrontos que gerassem situações de conflitos abertos.

Além disso a nova burocracia não possui o "saber oficial" — conhecimento formal — necessário ao funcionamento das organizações. Na medida que esse saber não pode ser transmitido por cursos de administração de empresas — privadas, públicas ou escolares — dependeria de uma vivência funcional que implica numa carreira, no sentido próprio do termo. Uma burocracia recrutada, em grande parte, nos quadros dos escriturários, parece ter-se revelado mais capaz, a esse respeito, que a burocracia produzida nas Faculdades de Pedagogia ou nos cursos de Administração Escolar, bem como nas Faculdades de Administração, de Economia e de Ciências

1 Ver RODRIGUES, Leôncio Martins, "Os rumos de um novo sindicalismo", *Jornal da Tarde*, São Paulo, 07/04/79.

2 Por "grupo de pressão" entende-se, aqui, a ação social desenvolvida por um conjunto de indivíduos sobre outros ou sobre certas instituições, visando atender certos objetivos, quando tal ação reveste-se de caráter assistemático e descontínuo. Trata-se, assim, de uma ação reivindicatória de grupos que não poderia ser caracterizada como movimento social (Vide Nota seguinte).

3 Ver em BEISIEGEL, Celso de Rui, *Estado e Educação Popular: um estudo sobre educação de adultos*. São Paulo, Primeira, 1974, Nota de nº 36, a respeito dos conceitos de movimento social na obra de BLUMER, Herbert.

4 RODRIGUES, Leôncio Martins, *Art. Cit.*

5 *Idem*

6 *Idem*

7 *Idem*

Contábeis, independente da qualidade desses cursos e das diferentes posições funcionais que possam vir a ser consideradas. Por outro lado, essa nova burocracia também não possui o "saber real", uma visão integrativa de uma teoria e de uma prática administrativa e escolar que permitiria o desenvolvimento de uma consciência crítica da realidade,⁸ que teria evitado que ela, ainda que agindo com boa fé, gastasse tanta energia na "administração da administração" (fenômeno que no jargão dos recursos humanos da base é denominado singelamente de burocracia), em vez de se dedicar à administração da realidade. Aliás, mesmo na "administração da administração", a "velha burocracia" parece ter sido mais feliz que a nova, talvez porque se preocupasse muito pouco com a administração da realidade, o que permitiria às bases do sistema maior liberdade de ação pedagógica.

Para compreender o comportamento dessa nova burocracia, talvez fosse útil refletir sobre as afirmações abaixo, relativas à burocracia brasileira:

"Todos colaboraram na grande arrancada, submissos, famintos de honras e saques, ávidos de lucros, ardentes de Fé — todos por si sob a bandeira real, que os cobria e lhes dava cor, vida e energia.

O estamento (burocrático), só ele, esquivo, encoberto, impessoal, representava a realidade — tudo o mais era mera aparência."⁹

"Tenentistas, militares e civis, impossibilitados de ascenderem, enquanto emergente classe média urbana, pelos canais da democracia representativa de então, tradicionalmente obstruída pelas oligarquias rurais, propunham um novo pacto de poder. A sugestão, aceita em parte pela Constituinte de 1944, através de parcial representação classista, seria adotada, mais na prática que formalmente, durante o Estado Novo, primeiro grande momento autoritário da aliança militar-burocrática.

Nunca lhe abandonou o saudosismo daqueles dias. As novas gerações tecnoburocráticas, civis e militares, tinham em comum, entre outras coisas, o culto da eficiência, que lhes "parecia incompatível com o jogo das pressões democráticas". Quando ameaçada, a aliança que sobreviverá após a queda do Estado Novo, crescendo na sombra e, às vezes com o aplauso ingênuo de suas futuras vítimas, a aliança não vacilou em apoiar-se, direta e autoritariamente, do poder em 1964, de início sob a sombra de defesa do parlamento, depois cada vez mais legislando e executando em nome próprio."¹⁰

A partir do quadro teórico acima, o trabalho teve como suporte uma estratégia de pesquisa para captação das orientações das tendências do movimento classista do pessoal do ensino, que envolveu:

— leitura de alguns documentos relativos à matéria, produzidos pela imprensa em geral e pelo movimento em particular (Folha de São Paulo, Jornal da Tarde, Revista do Professor, Jornal do Professor, O Precário, APEOESP em Notícias, Orientação — jornal de Associação dos Orientadores Educacionais do Estado de São Paulo e Diário Oficial do Estado), bem como de manifestos, cartas à população, plataformas eleitorais, e outros;

— observação vicária de assembleias, reuniões, discussões e participantes do movimento, bem como do comportamento administrativo das autoridades de ensino;

— análise do resultado de outras pesquisas recentes relacionadas com o objeto desse trabalho.

O MOVIMENTO: BREVE HISTÓRICO

Pretende-se, aqui, registrar alguns dados relativos ao movimento de classe dos recursos humanos do sistema estadual de ensino, em São Paulo, para facilitar a compreensão da evolução de seu modo de agir e tentar algumas hipóteses sobre as perspectivas que se lhes abrem. Esses dados são de dois tipos: os referentes à história e às tendências históricas de suas associações de classe, e os relativos a quatro momentos significativos de seu desenvolvimento: a greve de 1963, a greve de 1978, a greve de 1979 e a eleição, em 18.04.79, da Chapa articulada pela Comissão Pró-Entidade Única — CPEU — para dirigir a APEOESP.

AS ASSOCIAÇÕES

Criaram-se diversas associações para organizar o movimento de classe dos recursos humanos do sistema estadual de ensino, algumas das quais já se extinguíram, enquanto outras foram totalmente desativadas.

Dentre as associações que subsistem, é necessário distinguir as que têm gozado, gozam ou, presumivelmente, gozarão de grande importância no que se refere à condução do movimento. Essas associações são: o CPP — Centro de Professorado Paulista; a APEOESP — Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo; e a UDEMO — União dos Diretores de Escola do Magistério Oficial.

Na medida em que possuem personalidade jurídica, o que poderá vir a lhes reservar importante papel na constituição de uma futura Federação das Associações de Classe do pessoal do sistema de ensino, vale a pena registrar a existência das seguintes entidades: a ASESP — Associação dos Secretários de Escola do Estado de São Paulo; a AOEESP — Associação dos Orientadores Educacionais do Estado de São Paulo (esta associação edita o Jornal "Orientação" com uma tiragem de 3.000 exemplares); a APROESP — Associação dos Professores e Servidores Públicos do Vale do Paraíba; a Associação dos Supervisores de Ensino; a Associação dos Administradores Escolares; a Associação dos Docentes Efetivos de Bauru; e a Liga do Professorado Católico.

Deste último grupo destacam-se, por suas características especiais:

a) enquanto entidades regionais: a APROESP e a Associação dos Docentes Efetivos de Bauru;

b) enquanto representante do gênero, hoje tão raro, de "sindicalismo católico", a Liga do Professorado Católico. Essa Associação edita "O Anchieta", jornal cuja tiragem é de 5.000 exemplares, totalmente identificado com o

8. Pensa-se, aqui, na consciência característica do trabalhador que consegue apreender todo o processo produtivo no qual se encontra envolvido desde seu planejamento até o destino final de seus resultados.

9. FAORO, Raimundo, *apud* CHACON, VAMIREH, "Capitalismo de Estado e Burocracia no Brasil", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.º 48, Universidade Federal de Minas Gerais, janeiro de 1979.

10. CHACON, VAMIREH, *op. cit.* p. 113.

modelo da imprensa Católica desengajada, isto é, sem qualquer preocupação de caráter reformista ou revolucionário. Ela conta, em seu patrimônio, com uma "casa de repouso e férias,"¹¹ a Casa do Professor, localizada em São Vicente. A associação realiza excursões e promove campanhas de caráter assistencial;

c) enquanto representante de uma categoria cuja organização, e aspirações, em que pese sua grande importância, não tem merecido a devida atenção por parte da administração do ensino, a ASESP (já se disse que "Os secretários são a escola").

Neste trabalho, se fará uma análise especial das associações do primeiro grupo: o CPP, a APEOESP e a UDEMO.

CPP – o Centro do Professorado Paulista

O CPP é, sem dúvida, a mais importante das associações do pessoal do ensino do Estado de São Paulo. Fundada em 19 de março de 1930 é a mais antiga e a maior das associações. Declara possuir mais de 100.000 sócios, número que parece um pouco exagerado, se se atentar para dois fatos: a tiragem de seu jornal, "O Professor", é de 80.000 exemplares; declaração de seu Presidente, quando do recente acordo entre ele e o Secretário da Educação para pôr fim à greve dos professores de 1979 de acordo com a qual o Centro contaria com 60.000 associados. É também a mais rica, pois só a demonstração de seu Movimento Financeiro realizado no mês de novembro de 1978 registra um total de Cr\$ 10.725.785,97, sendo que o CPP declara-se possuidor de um patrimônio de 500 milhões de cruzeiros. Finalmente, é a mais atuante – a regularidade da reunião de sua Diretoria e Conselhos, bem como a ação por ela desenvolvida não encontra similar nas suas congêneres –, a mais complexa e a mais respeitada das associações da classe.

Sua ação se distingue por cinco características: – em que pese tratar-se de uma "organização complexa" ela é dominada pela personalidade de seu atual presidente, Sólton Borges dos Reis. O culto do personalismo é tradição na associação desde seu segundo presidente, o professor Sud Mennuci;

– seu inegável "mutualismo". O CPP foi concebido de acordo com o modelo das sociedades de fundo mútuo: é um patrimônio a serviço de uma coletividade, para a qual presta serviços das mais diferentes ordens: assistência jurídico-médico-odontológica, turismo, lazer em sedes urbanas e de campo e, sobretudo, apoio técnico-administrativo no que se refere ao encaminhamento de expedientes junto às repartições das Secretarias de Estado;

– suas relações com a administração do ensino. Exceção feita à gestão do Pe. Baleeiro (1963), as administrações do CPP e da Secretaria da Educação tendem a se confundir. O CPP tem conseguido a nomeação de inúmeros elementos de seus quadros dirigentes para diversos cargos de decisão da administração estadual do ensino, constituindo-se, de certa forma, numa espécie de administração paralela, mais estável que a das tecnocracias que têm passado pela Secretaria;

– seu caráter legalista. O CPP, com exceção do que ocorreu nas greves de 1963 e 1978, primou sempre pelo uso

da via institucional para o encaminhamento das reivindicações do pessoal do sistema, o que é compreensível: o CPP é a contraface da administração do ensino ou vice-versa;

– sua penetração no interior do Estado. Desde seu início, "o grosso do quadro social"¹² do CPP tem sido constituído pelo pessoal do interior do Estado. O CPP é o procurador, na Capital, dos interesses administrativos desses sócios. A desconcentração administrativa da Secretaria da Educação enfraqueceu, de certa forma, a sede central e o papel desempenhado pela burocracia do CPP. Esse enfraquecimento parece ter sido agravado pelo fortalecimento da "nova burocracia estatal" da Secretaria, recrutada, em grande parte, fora dos quadros do CPP.

A orientação das tendências do CPP tem sido, constantemente, na linha do sindicalismo do tipo "associativista". À sua burocracia caberia, "mutatis mutandis" a observação seguinte de Leôncio Martins Rodrigues: "A idéia dominante entre as lideranças... era de que, mediante o controle do Estado, em aliança com outras forças, seria possível efetuar um conjunto de mudanças na sociedade. A ação dirigida para o controle do Estado primava sobre a ação sobre a sociedade. Deste ponto de vista, é interessante observar como as correntes mais ativas do sindicalismo desta fase nunca questionaram a estrutura sindical e os padrões de relações do trabalho em vigor. Na verdade, mais do que se afastar, procuraram se aproximar do Estado."¹³

APEOESP – Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

A APEOESP é a segunda, em ordem de importância, das associações do pessoal do ensino do Estado de São Paulo e, salvo ocorrência de fatos excepcionais, caber-lhe-á um papel cada vez de maior relevo no desenvolvimento do padrão de relações entre a administração do ensino e seu pessoal de base.

Fundada em 1945, em São Carlos, essa associação que hoje reúne cerca de 45.000 sócios, distribuídos de forma mais ou menos homogênea por todo o Estado, dona de um certo patrimônio, tende a se tornar, num futuro previsível, a mais rica, atuante, complexa e respeitável.

Essa associação teve, de 1958 a 1968, seu período mais significativo. Esse período, que coincide com o início da liderança de Raul Schwinden e cessa com a cassação de seu mandato legislativo, desenvolvido no antigo Partido Socialista Brasileiro, teve na greve de 1963, a ser posteriormente analisada, seu momento mais marcante.

Na década de 70, a APEOESP abandonou sua postura agressiva e a partir de então ser-lhe-ia aplicável a figura geralmente associada à Escola de Samba Mocidade

11 *O Anchieta*, ano V, nº 3, Liga do Professorado Católico de São Paulo, São Paulo, março de 1979.

12 MENNUCCI, Sud, "Relatório apresentado à Assembléia Geral, realizada em 25 de janeiro de 1933". *Revista do Professor*, ano I, nº 1, Centro do Professorado Paulista, São Paulo, março de 1934, p. 20.

13 RODRIGUES, Leôncio Martins, *Art. Cit.*

Independente de Padre Miguel: "Uma bateria com uma Escola de Samba". Da APEOESP, nesse período, poder-se-ia dizer que foi um Departamento Jurídico com uma associação e não uma associação com um Departamento Jurídico, tal a importância que acabaram assumindo os serviços prestados por esse Departamento, chefiado por Raul Schwinden, graças a selva da legislação administrativa escolar.

Há cerca de três anos, um grupo de jovens professores deu início a um trabalho com o objetivo de ocupar a diretoria da APEOESP cujos lances mais espetaculares e brilhantes foram as greves dos professores de 1978 e 1979. Desse grupo é que saíram os dois Comandos gerais de Greve, núcleo da CPEU.

UDEMOM – União de Diretores de Escola do Magistério Oficial

A UDEMOM é a terceira associação do pessoal do ensino, em ordem de importância, no que se refere a número de sócios, patrimônio e capacidade de atuação.

Após longo ostracismo, resultante da postura elitista e centralizadora de suas diretorias, ela emerge como entidade com considerável peso específico nas relações entre a administração do ensino e seu pessoal, a partir da greve de 78, quando defendeu, através de manifesto, a necessidade de se garantir uma via de comunicação entre esses dois elementos, como condição de melhoria do ensino.

Na greve de 1978, coube a seu Presidente, Santo dos Reis Siqueira, ao lado de D. Mauro Morelli, bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo, a mediação do conflito entre as partes envolvidas. Nesta ocasião, a UDEMOM não aderiu à greve, embora em momento algum a condenasse. Essa maneira de proceder parece ser devida, em grande parte, à posição especialíssima dos Diretores de Escola no Sistema. A eles se aplicariam as figuras de "Sargento" — pois já se disse que ele é o "Sargento do Sistema, a única autoridade que a tropa distingue e segue" — de "feitor, capataz e dedo-duro do sistema" e de "contra-mestre"¹⁴. Na greve de 79 a UDEMOM adotou a seguinte palavra de ordem: "Diretor não é feitor! É educador!".

A UDEMOM parece constituir uma associação de Diretores contra a vontade do CPP, bem como a APEOESP parece constituir uma associação dos professores contra essa mesma vontade. Originariamente destinadas a organizar o pessoal do antigo ensino secundário, essas associações, abertas hoje a todo o pessoal do sistema estadual de ensino, contrariariam o ideal do CPP de uma entidade única de classe: o próprio CPP. Essa vocação do CPP encontra ilustração já em 1934, quando essa associação, em manobra histórica, datada de 24 de julho desse ano, bloqueou a criação de uma associação independente de Diretores de Grupos Escolares, encontrando uma fórmula para que ela "constituísse um círculo filiado ao Centro, parte integrante dele, de que não devia destacar, como unidade independente, porquanto o grande ideal do Magistério de São Paulo é ver sua sociedade principal una, sólida e prestigiada."¹⁵

AS GREVES

A greve, o penúltimo instrumento de pressão ou reivindicação — o seguinte seria o uso da força física — é, por isso mesmo, a mais importante manifestação dos grupos civilizados que não conseguem ver atendidas suas expectativas mínimas em termos das vantagens oferecidas por uma determinada formação social. Ela parece revelar um estado de insatisfação capaz de comprometer qualquer pacto social. Um viés muito comum é o de que a greve põe em risco a ordem. O risco à ordem resulta não da greve, mas, de suas causas. É provável que a greve tenha o efeito positivo, para a ordem, de uma catarse, o que não apenas a tornaria admissível, como mesmo desejável.

As greves do pessoal do sistema estadual do ensino deveriam ocupar lugar especial nas preocupações de suas autoridades, não só após, mas, sobretudo, antes de suas deflagrações, o que permitiria verificar a possibilidade e a conveniência de se evitar, estabelecer uma estratégia para seu acompanhamento e controle e estabelecer uma política preventiva de greve, caracterizada pela remoção das causas de insatisfação que a ela conduzem.

A repressão da greve e a declaração de sua ilegalidade não implicam na supressão de suas causas. Além do mais, seria conveniente preparar-se para o advento de uma legislação que estenda o direito de greve aos servidores públicos, pois não é de todo imprevisível que eles venham a alcançá-lo.

Tendo em vista as considerações acima, se tentará, aqui, uma análise das greves do pessoal do sistema estadual de ensino ocorridas nos anos de 1963, 1978 e 1979.

A Greve de 1963

Em 1963, São Paulo era governado por Adhemar Pereira de Barros. O Secretário de Educação do Estado era o Pe. Januário Baleeiro de Jesus e Silva. O Presidente do CPP era Sólton Borges dos Reis, na ocasião, deputado estadual pela legenda do PDC — Partido Democrata Cristão. O Presidente da APESNOESP (atual APEOESP) era Raul Schwinden, na ocasião, deputado estadual pela legenda PSB — Partido Socialista Brasileiro, que ao lado do PDC era o mais programático dos partidos políticos do Brasil. O Presidente da República do Brasil era João Goulart e o comandante do II Exército, sediado em São Paulo, era Pery Bevilacqua.

Nesse ano, o Brasil e São Paulo já se encontravam mergulhados no processo conspiratório que conduziu aos acontecimentos de março de 1964.

Em São Paulo, o processo revolucionário então em andamento provocara somente em um ano cerca de cem greves, algumas das quais de servidores públicos, como as greves do DER e do DAE. Pery Bevilacqua denuncia a ação revolucionária da Presidência da República e Adhe-

14 Ver MILLS, Charles Wright, *A nova classe média*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976, pp. 107 a 111.

15 "A Associação de Diretores de Grupos Escolares". *Revista do Professor*, ano I, nº 4, Centro do Professorado Paulista, São Paulo, junho de 1934, p. 32.

mar de Barros assume o comando da conspiração. Miguel Reale, então Secretário da Justiça, manifesta-se contra a necessidade de um projeto de Estado de Sítio acalentado por Goulart, alegando que o país encontra-se na mais absoluta tranquilidade.

Aparentemente, só uma categoria profissional não se havia deixado envolver pelo quadro da crise política que sacudia a Nação e o Estado: os professores.

Nesse quadro é que, após diversas gestões empreendidas pelo CPP, o governador do Estado envia, no dia 30 de setembro, à Assembléia Legislativa a Mensagem de Lei nº 236 que recebeu do Legislativo, como projeto de Lei, o nº 2588/63. Esse projeto dispunha "a respeito de concessão de uma gratificação especial de 25% ao pessoal do magistério primário, calculada na base de 25% sobre o valor da referência numérica de seus cargos e funções". Ele excluía todo o pessoal do ensino secundário além de "substitutos e efetivos, auxiliares e servidores das Delegacias, técnicos de ensino primário, inspetores e Delegado de Ensino"¹⁶, ou seja, excluía toda a burocracia do ensino primário, além do que não mencionava o pessoal do ensino secundário, quer o de base, quer o burocrático.

Tal projeto desencadeou uma série de protestos na tribuna da Assembléia, liderados pelos dos presidentes do CPP e da APESNOESP cujos partidos desenvolviam a mais acirrada oposição ao governo do Estado. Nessa ocasião, o PSB contava na Assembléia com o deputado Cid Franco e o PDC com os deputados Chopin Tavares de Lima e Roberto Cardoso Alves que muito contribuíram para a ação programática de seus partidos e da coligação de oposição. A coligação da situação liderada pelo PSP, tinha nos deputados Hilário Torloni, líder da maioria, e Blota Júnior, líder do PSP, seus membros mais atuantes.

Concomitantemente, no processo do macartismo que ia se instalando no país, a Assembléia debatia a denúncia já mencionada de Pery Bevilacqua¹⁷; a acusação de comunista, feita por Baleeiro a Roberto Cardoso Alves, em São José dos Campos, o grande reduto eleitoral desse deputado; as denúncias de desvios de comportamento e administrativos de Baleeiro, destacando-se nesse episódio a ação de Conceição da Costa Neves; a proposta orçamentária do governo para o ano de 1964; o processo eleitoral, pois, em outubro, realizaram-se eleições em municípios paulistas; e o processo revolucionário - naquela altura já praticamente declarado - em andamento.

Com relação à questão do aumento do pessoal do ensino, eis alguns de seus momentos mais importantes: - no dia 29 de maio de 1963, no auditório do Instituto de Educação "Caetano de Campos", Baleeiro "prometeu um aumento bem maior (que os 25% da mensagem 236), a partir de 01.06.63"¹⁸;

- dias após, "o Diretor do Departamento de Ensino prometeu aos Delegados de Ensino..., reunidos na Capital, um aumento que nunca seria inferior a 70%"¹⁹;

- no dia 01.06.63, no auditório da Folha de São Paulo, o Diretor do Departamento de Educação leu mensagem de Adhemar de Barros prometendo "atender as reivindicações dos professores secundários, isto é, a volta do regime de 12 aulas e das regalias do padrão universitário"²⁰;

- "No dia 02 de junho, o CPP reuniu em Tupã 800 professores representantes de dezenas de municípios de nu-

merosas regiões escolares, a fim de prestar contas da atuação da entidade e convocar a classe para a luta em favor de seus direitos, fazendo sentir à opinião pública e ao governo, a justiça da causa do professorado"²¹;

- "No dia 02 de setembro, realiza-se à noite, na sede central, grande Assembléia Geral Extraordinária do CPP, com a presença de aproximadamente mil associados, dando por encerrada a primeira fase da campanha e decidindo passar à mobilização da classe a fim de que o professorado pudesse receber a justiça que exige. Essa Assembléia aprovou, por unanimidade, a proposta da Diretoria e do Conselho Superior no sentido de ser realizada no dia 12 de setembro, às 16 horas, a 'Marcha do Professorado' sobre o Palácio dos Campos Elíseos"²²;

- "No dia 12 de setembro, das 16 às 19 horas, o CPP realiza em São Paulo a 'Marcha do Professorado', de repercussão nacional, ganhando inteiramente para a classe o apoio da opinião pública, impressionando profundamente os meios governamentais. O Governador do Estado promete, pessoalmente, para cerca de 10.000 professores concentrados defronte do Palácio dos Campos Elíseos que enviará Mensagem à Assembléia Legislativa antes do fim do mês e que os estudos não demorarão mais que uma semana"²³;

- no dia 19 de setembro, a Assembléia ouve, das 14 horas até às 02 horas do dia seguinte, a defesa de Baleeiro às denúncias feitas à sua gestão.

A reação à Mensagem nº 236 levou o governador a constituir uma Comissão para reestudo de sua matéria, constituída por José Neide Cesar Lessa (Diretor Geral da Secretaria da Educação), Nelson de Azevedo Cunha (Diretor Substituto do Departamento da Educação), Arnaldo Laurindo (Diretor Geral do Departamento de Ensino Profissional), Fred Boueri (Diretor de Ensino Agrícola), assessorados por Alberto Rovai, do Gabinete do Secretário da Educação. O Diário Oficial de 12.10.63 faz referência a mais um membro dessa Comissão: Demerval Arouca, Delegado de Ensino de Mogi das Cruzes.

A partir de então, precipitam-se os acontecimentos. Em 12 de outubro de 1963, em Assembléia realizada no Colégio Porto Seguro, a APESNOESP delibera que entrará em greve, caso não sejam atendidas as seguintes reivindicações: "1] regalias do padrão universitário; 2]

16 REIS, Sólion Borges dos, "Nota do CPP", *Diário Oficial*, São Paulo, 03/10/63.

17 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, "Discussão e votação de Requerimento nº 584, de 1963, apresentado pelo Deputado Fernando Mauro, de aplauso pelo ato patriótico do oportuno pronunciamento do ilustre General Pery Bevilacqua, Comandante do II Exército quanto à situação nacional e de protesto contra as aparentes tendências oficiais de afastamento desse baluarte da ordem democrática em nosso país", *Diário Oficial*, São Paulo, 15/10/63.

18 REIS, Sólion Borges dos, Pronunciamento feito da Tribuna da Assembléia, *Diário Oficial*, São Paulo, 03/10/63.

19 *Idem*

20 SCHWINDEN, Raul, Pronunciamento feito da Tribuna da Assembléia, *Diário Oficial*, São Paulo, 02/10/63.

21 "Retrospecto da luta para o aumento de vencimentos do professorado", *Revista do Professor*, nº 73, Centro do Professorado Paulista, São Paulo, julho/setembro de 1963, p. 14.

22 *Idem*

23 *Idem*

volta do regime de 12 aulas semanais e 50 mensais; 3) incorporação das aulas extraordinárias à aposentadoria; e 4) valorização das aulas extraordinárias²⁴.

Dia 15 de outubro de 1963, data em que se comemora o "Dia do Professor", será um dia decisivo. Nesta data, o governador encaminha à Assembléia Legislativa um substitutivo ao Projeto Lei nº 2588/63, concedendo, a partir de 01.10.63, 40% de aumento aos professores que se encontram até a referência 36; a partir de 01.01.64, 25% de aumento aos professores que tivessem referência superior a 37; a partir de 01.01.64, 25% de nível universitário ao pessoal do ensino médio; e, a partir de 01.10.63, 25% aos Diretores, Inspectores e Delegados de Ensino²⁵.

Nessa mesma data, os professores se movimentavam. Foram à Assembléia, dirigidos pelos deputados Sólton Borges dos Reis e Raul Schwinden²⁶ e, depois, reuniram-se no Cine Glória "onde predominou a palavra 'Greve' a todo o instante²⁷.

Houve, nesse mesmo dia, uma "Assembléia em São Caetano do Sul na qual estiveram todos os diretores de Grupo Escolares de São Caetano, Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Diadema, inspetores e o Delegado Regional. Nessa reunião se decidiu, por unanimidade, que todos os professores irão a greve dia 16 se não receberem os 60% que é a base mínima de suas reivindicações"²⁸.

Para evitar essa e as demais greves que eclodiam pelo Estado e preparando-se para garantir sua autoridade dentro do quadro insurrecional, o governador tomou as seguintes medidas:

- encaminhamento de mensagem especial à Assembléia Legislativa, reajustando o salário do pessoal da "Força Pública e da Guarda Civil", em base bem superiores às do resto do funcionalismo. Essa medida desencadeou uma série de manifestações de caráter comparativo sobre a evolução dos salários dos policiais e dos professores, bem como sobre a importância relativa de suas funções;

- instituição de Comissões de Sindicância de greve para aplicar punições aos grevistas do DAE e do DER²⁹;

- divulgação de folheto, preparado pela Secretaria de Serviço de Imprensa, intitulado "O Servidor Público e o direito de Greve"³⁰;

- publicação, no Diário Oficial, de matéria intitulada "Professores do Interior contrários à Greve" onde se lia: "Os membros do ensino declaram-se contrários ao movimento grevista que ameaça surgir em alguns setores de categoria e trabalharão, normalmente, desconhecendo a agitação que se pretende fazer no seio da classe"³¹.

As reivindicações do pessoal do ensino primário e secundário não foram atendidas e a greve eclodiu. Como depois se verá, talvez fosse mais correto dizer: as greves eclodiram. Eram duas greves: uma do CPP e outra do pessoal secundário.

Para coordenar sua greve, o CPP instituiu um Comando que além dele mesmo era "composto" pela UPPEP (União dos Professores Primários do Estado de São Paulo), ADAE (Associação de Administradores Escolares) e a ADGEESP (Associação dos Diretores de Grupos Escolares do Estado de São Paulo). Essas associações constituíam "círculos" do CPP.

As pessoas em comando eram: pelo CPP, Sólton Borges dos Reis, pela UPPEP, José Antonio Neves; pela ADAE, Pedro Paulo da Silva; e, pela ADGEESP, Fran-

cisco Covello. O comando da greve do "setor secundário" reunia-se no Sindicato dos Bancários, a mais atuante das associações de classe do momento, líder do Pacto de Unidade Sindical, que, além da sede, emprestava-lhe apoio logístico. Eis uma nota da época: "Por sua vez, o comando-geral da greve resolve que, diante da falta de prática dos professores na orientação e controle de movimentos grevistas, seria assessorado pelos dirigentes dos bancários"³².

A greve se desenvolveu em meio a acusações quanto a seu possível caráter eleitoral e subversivo. Essas acusações levarão o CPP a desenvolver a teoria da "greve diferente" e seu presidente a promover, da Tribuna da Assembléia, uma das mais candentes defesas do instituto da greve que a instituição jamais ouviu: "Nos países de regime democrático a greve é um direito que é consagrado em todas as Constituições... Assim a greve justa é um fato social e, por consequência, um fato natural... Ninguém conduzirá uma categoria à greve se não houver condições para a greve. Mas quando as condições existem ninguém pode deter um movimento de greve, a não ser sanando as condições"³³.

Em que pese um conjunto de providências e medidas repressivas da Secretaria da Educação, tal como o Ato SE - 127/63, durante uma semana (16.10.63 a 23.10.63) as escolas, as delegacias e as inspetorias de ensino pararam.

A greve que conseguiu a paralisação quase total dessas unidades terminou quando as assembleias permanentes dos setores primário e secundário foram informadas, na madrugada de 23 de outubro, do atendimento de quase todas suas reivindicações.

Foi uma "greve diferente". No entender do CPP porque foi uma greve ordeira, (tão ordeira que, vista em perspectiva, impressiona pela sua ordem, conforme se pode observar pelas fotos dos jornais). E porque foi uma greve que, num período de greves políticas, conseguiu permanecer afastada de qualquer tentativa de sua utilização pelos políticos (Sic).

Diferente, no nosso entender, por outras razões. Primeiro, porque nos parece que, antes de uma greve dos professores, foi uma greve com os professores, que constituíram, na ocasião, uma "massa disponível", utilizada com fins eleitorais, numa conjuntura política favorável ao recurso desse tipo de instrumento de pressão e que, antes que atender aos interesses de uma categoria, atendia aos de uma sua fração, justamente a que tinha maior possibilidade de influir em sua ação: a burocracia

24 SCHWINDEN, Raul, Pronunciamento da Tribuna da Assembléia, *Diário Oficial*, São Paulo, 16/10/63.

25 *Diário Oficial*, São Paulo, 16/10/63.

26 "Professores rejeitam nova mensagem e entram em greve", *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16/10/63.

27 *Idem*

28 SAMPAIO, Silveira, Pronunciamento da Tribuna da Assembléia, *Diário Oficial*, São Paulo, 16/10/63.

29 *Diário Oficial*, São Paulo, 04/10/63.

30 *Diário Oficial*, São Paulo, 11/10/63.

31 *Diário Oficial*, São Paulo, 16/10/63.

32 "Professores rejeitam nova mensagem e entram em greve", *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16/10/63.

33 REIS, Sólton Borges dos, Pronunciamento da Tribuna da Assembléia, *Diário Oficial*, São Paulo, 16/10/63.

da Secretaria da Educação (técnicos do ensino primário) e das autoridades de ensino (diretores, inspetores e delegados).

Segundo, porque foi uma greve dupla: do setor primário (já caracterizada) e do setor secundário. Esse, face ao processo de formação escolar e política a que estavam submetidos seus membros, era constituído, numa parcela não desprezível, de elementos altamente politizados o que não impediu que, a nível de discurso, a reivindicação do movimento fosse, predominantemente, salarial.

Com relação à orientação das tendências desse movimento, em nenhum momento, mesmo na conjuntura em que ocorreu, propostas mais avançadas do ponto de vista político conseguiram empolgar os grevistas.

A única manifestação de consciência das relações entre as questões em causa e outros aspectos da realidade ficou por conta do grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo que, em manifesto de apoio, divulgou sua intenção de "1) apoiar o movimento reivindicatório do professorado paulista; 2) protestar contra o descaso do governo do Estado para com os problemas educacionais, bem como os desmandos administrativos do atual Secretário da Educação do Estado de São Paulo; 3) afirmar sua disposição de, unidos, encetar firme luta por uma política educacional no nível das necessidades do país"³⁴.

Alguns dos membros da CPEU estavam na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1963.

A Greve de 1978

Em 1978, São Paulo era governado por Paulo Egydio Martins, que conspirara em 1963. O Secretário da Educação era José Bonifácio Coutinho Nogueira, um político que já fora, anteriormente, Secretário da Agricultura do Governador Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto e candidato a seu sucessor. Se ele e não Adhemar de Barros tivesse vencido a eleição, teria sido governador do Estado durante a greve de 1963. O presidente do CPP era Sólon Borges dos Reis, deputado estadual pela Arena e candidato a deputado federal por esse mesmo partido. Os "presidentes" da APEOESP eram Rubens Bernardo (afastado do cargo) e Antonio Nascimento (seu substituto). O chefe do Departamento Jurídico da APEOESP era um cassado, ex-deputado estadual pelo extinto PSB: Raul Schwinden. O presidente da República era Ernesto Geisel e o comandante do II Exército era Dilermando Gomes Monteiro.

Neste ano, a bandeira reivindicatória do pessoal do ensino era um novo Estatuto do Magistério, uma vez que o que se encontrava em vigor — a Lei Complementar 114/74 — era considerado não adequado às expectativas profissionais desse pessoal. É importante lembrar que muito mais que uma exigência legal, esse Estatuto era importante na medida em que, direta ou indiretamente, rebatia em questões como carreira, estabilidade, salário.

Nesse quadro, após diversas gestões empreendidas pela Secretaria da Educação, APEOESP e UDEMO, o governo do Estado informa que o projeto do novo Estatuto somente voltaria a ser estudado após a aprovação do Plano de Reclassificação de Cargos do Funcionalismo Pú-

blico Estadual, o famoso "Projetão" que resultou na Lei Complementar 180/78. É de se ressaltar a sensibilidade política do então Secretário em negociar com as três mais importantes entidades de classe e não apenas com uma delas, a questão do Estatuto.

Nessa época, juntamente com a luta, mais de bastidor que declarada, pelo Estatuto, desenvolvida por uma parcela expressiva do pessoal do ensino, um núcleo de professores, congregados numa Comissão Aberta que mais tarde se reuniria na Comissão Pró-Entidade Única que disputaria as eleições para a APEOESP, liderava a reivindicação de um aumento para os professores não inferior a 57%, bem superior, portanto, aos 38% a 43% com os quais haviam sido contemplados pela Lei Complementar 180/78.

A possibilidade de recurso a uma greve começou a ser divulgada. Nessa altura, a esse núcleo encontrava-se acoplado um grupo reivindicatório de professores da rede de ensino do Município de São Paulo. Esse aspecto do problema, em que pesem suas implicações, não será aqui analisado, não devendo, contudo, ser ignorado.

Além dos já evocados, alguns dos fatos mais importantes ligados a essa greve são:

— o envio de ofício em 16.07.78, da APEOESP à Secretaria da Educação, acompanhado de abaixo-assinado, contendo milhares de assinaturas, reivindicando a correção da Lei Complementar nº 180/78, naquilo que contrariava as exigências dos professores;

— o apoio (e os termos em que foi vazado) de duas associações do pessoal do ensino superior (a ADUNESP e a ADUSP) aos professores. Na nota emitida pela ADUNESP lia-se: "Estamos completamente de acordo com o movimento que, infelizmente, chega um pouco atrasado, pois já deveria ter adotado a medida antes. É impossível... manterem-se os cursos de 1º e 2º graus nas condições atuais. Devemos apoiar os professores em tudo o que for possível"³⁵. Na nota emitida pela ADUSP lia-se: "... infelizmente, notadamente no que se relaciona às condições de ensino, de alguns anos para cá, elas se deterioraram de forma absoluta, pela política elitista e desumana da Secretaria da Educação"³⁶;

— a reação da Secretaria da Educação ante a notícia da greve denotava sua aparente descrença com relação a seu sucesso. Essa reação, à época divulgada pela imprensa, confirmada por entrevista de membro da diretoria do CPP, ouvido no desenrolar da pesquisa, é, de certo modo, compreensível. Um dos autores deste trabalho ouviu de um dos articuladores do movimento, pessoa dotada de grande visão política, que se daria por satisfeito se, em uma semana fosse possível paralisar cerca de 2.000 professores. Na realidade, mais de 100.000 paralisaram suas atividades;

— o posicionamento do CPP, expresso em nota publicada como matéria paga (na entrevista mencionada no item acima, o entrevistado queixou-se que a imprensa não divulga a ação da entidade), onde se lê: "solidário, como

34 "Solidariedade aos professores", *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17/10/63.

35 "Solidariedade à ação dos docentes", *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17/10/63.

36 *Idem*

sempre, com as aspirações da sofrida classe do magistério e, atento permanentemente à necessidade de que o novo Estatuto atenda de fato às reivindicações sustentadas pelo CPP, acredita o Centro do Professorado Paulista que, com seu entendimento com as autoridades responsáveis, está dando a melhor contribuição para a imediata solução dos problemas dos professores³⁷. Essa nota, além de bem caracterizar a linha política do CPP, de "entendimento com as autoridades responsáveis", revela duas facetas fundamentais dessa associação: trata-se de uma organização que atua com e para os professores, mas não é dos professores, pois na medida em que ela se solidariza com a classe, fica na mesma posição da ADUNESP e ADUSP, é uma "associação amiga" mas não a "associação da classe"; e sustenta algumas reivindicações do magistério, "reivindicações sustentadas pelo CPP", mas nem todas. Mais ainda, ela sustenta reivindicações que não são do magistério, mas de sua própria burocracia;

— o caráter espontâneo do movimento. O interior entrou em greve espontaneamente, conforme exemplifica o caso de São Pedro do Turvo³⁸. Isto faz supor a existência de expressivas lideranças locais e regionais;

— o posicionamento do setor mais progressista da Igreja, conforme se revela nas notas seguintes: "O bispo D. Cláudio Hummes — o mesmo que emprestaria apoio total à greve dos metalúrgicos do ABC — foi ontem à Assembléia em Santo André e declarou em um rápido pronunciamento, que a Igreja apóia "todo e qualquer movimento que pretenda criar condições mais justas ao homem. As reivindicações dos professores são mais do que justas e a Igreja as apóia principalmente pela forma pacífica com que o movimento vem sendo conduzido"³⁹; "O representante da Frente Nacional, o advogado Mário Carvalho de Jesus, também foi à assembléia dar seu apoio e chegou a inflamar-se: "O Brasil vive um momento histórico mais ou menos igual ao que viveu Portugal há pouco tempo atrás"⁴⁰;

— a ação do DIEESE, que municiou os grevistas com informações técnicas como a análise da evolução dos salários que revelava que "para recuperar o poder aquisitivo, os professores de referência 38 deveriam ter aumento superior a 126%"⁴¹. O Estado não dispõe do monopólio do conhecimento técnico e das informações;

— as manifestações das lideranças locais, como a de professores de 1º e 2º graus de Araraquara, noticiadas na Folha de São Paulo, em 31 de agosto de 1978;

— o caráter democrático das decisões dos grevistas (a soberania das assembléias), o nível de organização de seu movimento e seu não personalismo, o que confundiu as concepções de liderança da "velha burocracia sindical", levando-a a referir-se ao caráter "etéreo" do Comando Geral da Greve;

— o uso do instituto da mediação pelas partes envolvidas, tendo sido escolhidos como mediadores a Igreja e a UDEMO, respectivamente, a instituição social de maior prestígio moral na atual conjuntura e a associação dos elementos que servem de intermediários entre a alta administração e a base do sistema de ensino;

— a organização de um movimento dentro do movimento, que acabaria por conduzir à vitória da CPEU nas eleições da APEOESP em 79;

— o papel representado pela imprensa escrita (a TV e o

rádio não puderam divulgar notícias da greve), o que fez com que alguns sustentassem o caráter de "media event" da greve. Esta tese parece exagerada. É evidente que a greve não teria obtido o sucesso na extensão que o conseguiu sem uma imprensa escrita livre e forte, mas não parece que só esse fato explicaria seu sucesso. Aliás, a imprensa escrita desempenhou nessa greve um grande papel didático, contribuindo para que o professor refletisse sua realidade e identidade. Destaque-se, a esse respeito, quatro excelentes trabalhos, publicados na Folha de São Paulo, todos de autoria de José Maria de Lima, a saber: "Os 'bóias-frias' do ensino"⁴², no qual traça, de modo muito feliz, a trajetória de um professor secundário; "Os caminhos e percalços experimentados pelo embrião do Estatuto do Magistério", onde história a tentativa da Secretaria da Educação em envolver as entidades de classe no debate e encaminhamento de um problema concreto que a elas muito interessava; "Os professores e suas entidades", onde analisa a história e a postura das entidades de classe do pessoal do ensino; "Dentro do Calendário, a carga do professor", talvez a mais lúcida das análises até hoje publicadas sobre questão do calendário escolar que, salvo melhor juízo, foi uma das causas que mais teria contribuído para a insatisfação que resultou nas greves de 1978 e 1979.

Para enfrentar a greve e suas conseqüências, a Secretaria da Educação (talvez fosse melhor falar em o Secretário da Educação) tomou as seguintes providências: aceitou negociar com os grevistas, mediado pela Igreja e pela UDEMO; baixou Resolução SE obrigando a reposição de aulas dos dias parados; envidou todos os esforços para o atendimento das reivindicações, no que se referia a seus aspectos salariais, através de um novo Estatuto do Magistério.

Em 13 de setembro de 1978, uma assembléia realizada no Nacional Atlético Clube, reunindo cerca de 5.000 professores, decidiu, acompanhando a posição do Comando, pelo fim da greve. Votaram contra cerca de um terço dos presentes.

As reivindicações ainda não haviam sido atendidas, mas o fora um dos grandes objetivos dos organizadores da greve, conforme se deduz da leitura da nota seguinte: "Sobre a experiência da greve, um membro do Comando disse que a maior conquista do movimento foi a união da categoria e que os professores ainda são 'fracos para mudar a política educacional'." Foram feitas críticas à APEOESP e ao CPP e foi ressaltado o caráter do movimento, "... cuja principal preocupação é com a melhoria do ensino e com as condições de trabalho dos professores"⁴³.

37 "Comunicado do Centro do Professorado Paulista", *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25/08/78.

38 "O movimento cresce no Interior. No ABC, o apoio da Igreja", *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26/08/78.

39 *Idem*

40 *Idem*

41 "Uma Análise da evolução dos salários", *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29/08/78.

42 "Esses artigos de José Maria de Lima foram publicados, respectivamente, em 22/08/78, 24/08/78, 27/08/78 e 02/09/78."

43 "Professores decidiram terminar a paralização", *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14/09/78.

Do comando da greve de 1978 saíram o Comando da Greve de 1979 e a Comissão Pró-Entidade Única para as eleições da APEOESP.

A Greve de 1979

Na medida em que parece prematura uma análise de um episódio ainda em desenvolvimento na época de redação deste trabalho, mas tendo em vista a importância de sua compreensão, arrisca-se aqui uma interpretação provisória da greve dos professores do ano de 1979.

Tratar-se-ia, em alta dose, de uma ação tática que se insere num esforço estratégico visando a objetivos políticos.

Os autores deste trabalho ouviram, antes da eclosão da greve, da parte de membros de seu Comando, manifestações a ela contrárias. Duas explicações são possíveis: ou a greve eclodiu porque era absolutamente inevitável (em assembléia realizada pela Comissão Pró-Entidade Única para a organização de sua campanha eleitoral, eram freqüentes os informes insuspeitos de que as bases pressionavam as lideranças por uma greve imediata); ou só pode ser explicada como uma manobra de seus organizadores para se legitimarem junto a setores descontentes que exigiram a continuação da greve em 1978, além do que a categoria dos professores, mobilizada em greve, seria útil à CPEU nas eleições a serem realizadas. A bem da verdade, talvez as duas explicações não sejam mutuamente exclusivas.

Outros cinco fatos devem ser destacados com relação a essa greve:

— a posição da UDEMO que se declara, como entidade, em greve, quando no ano anterior reservara-se o papel de mediadora do movimento e sua palavra de ordem "Diretor não é feito". Trata-se de uma resposta a uma advertência de Maria Nilde Mascellani, feita no Fórum de Debates Educacionais, realizado pela UNICAMP em 1978, que tinha, como tema, "Quem Educa o Educador?" (baseado na tese nº 3 de Marx e Feurbach). Nesta ocasião, essa especialista chamava a atenção dos diretores para o perigo de se transformarem em meros "feitores, capachos e dedos-duro" do sistema de ensino;

— a posição do CPP, que fez um acordo com a Secretaria para encerrar uma greve da qual não participou de forma efetiva. A ação do CPP muito mais do que um outro exemplo do padrão de suas relações com as autoridades, ou, como querem alguns, do que uma adesão cujo prêmio seria a garantia da Secretaria da Educação da Prefeitura de São Paulo e seu Presidente, revelaria sua preocupação com a ascensão de novas lideranças que ela denunciava como "grupos interessados em apossar-se da entidade para desfrute pessoal ou ação política e ideológica"⁴⁴. Aliás não deve ser estranha a essa luta por liderança, a decisão da diretoria da UDEMO em participar da greve de 1979, o que reforçaria a tese de que a greve constituiria uma exigência das bases;

— a necessidade de alguns membros do comando se dobrarem no desempenho concomitante de suas tarefas: a organização da greve e a campanha eleitoral da APEOESP, na realidade dois aspectos de um único movimento. Essa imposição tática não revelou, ainda, todas suas conseqüências;

— a conjuntura econômico-política nacional e estadual. Economicamente, estaria-se no auge da colheita dos frutos amargos do "milagre econômico brasileiro": o país descobre sua verdadeira identidade econômica — a pobreza. Politicamente, se teria, a nível federal, uma nova equipe presidencial ainda não plenamente organizada e comprometida com o juramento solene de "fazer desse país uma democracia", se necessário, à força; e a nível estadual, uma equipe dirigente ainda não plenamente entrosada e, no que diz respeito à Secretaria da Educação, não plenamente constituída: a greve foi decidida no dia 07 de abril, menos de três semanas após a posse de Luiz Ferreira Martins na Secretaria da Educação, em pleno processo de substituição dos altos escalões da Secretaria;

— a adesão aberta de alguns setores. O quanto essa greve foi veladamente apoiada, talvez nunca possa vir a ser avaliado, mas parece evidente que muitos diretores de escola, supervisores de ensino, delegados e até alguns diretores de divisão regional de ensino a teriam apoiado, ainda quando não declaradamente em greve. Aderiram abertamente diferentes categorias do pessoal do ensino à greve, como foi o caso dos orientadores educacionais (a AOEESP, como entidade, declarou-se em greve), dos coordenadores pedagógicos (ainda não reunidos em uma entidade da categoria) e dos supervisores de ensino (embora sua associação não se tenha declarado em greve, diversos supervisores de ensino do interior fizeram-no, espontaneamente);

— a posição da Igreja, emprestando seus recursos físicos — colégios e templos. É significativo que uma das assembléias dos professores tenha sido realizada na Igreja São Judas Tadeu, no Jabaquara, administrada por uma ordem religiosa que não se tem destacado por posições progressistas: a do Sagrado Coração de Jesus. Esse fato compreensível numa "cidade proletária" como Santo André e São Bernardo e em Dom Cláudio Hummes, numa igreja como a de São Judas assume nova dimensão. A igreja deu apoio, portanto, ao movimento dos professores, embora, até o momento, não se tenha, como entidade, posicionado pela greve.

A Eleição da Chapa da CPEU para a APEOESP

A eleição da chapa da CPEU para a APEOESP, em 18.04.79, independentemente de seu destino, é profundamente significativa sobre tríplice aspecto: o processo do qual resultou, a quantidade de votos conseguidos e a plataforma da chapa vencedora.

Com relação ao processo do qual resultou, é importante destacar sua duração — começou, ao menos, dois anos antes da data de eleição — e sua organização, quer em termos de planejamento, quer em termos de extensão.

Quanto à quantidade de votos conseguidos, os números falam por si, quer em termos globais, quer em termos de distribuição geográfica. Eis os resultados: Chapa 1 — 263 votos; chapa 2 — 4.171 votos, chapa 3 —

44 "CPP vai completar 50 anos de trabalhos e lutas", *Jornal dos Professores*, ano XIII, nº 158, Centro do Professorado Paulista, São Paulo, 1ª Quinzena de abril de 1979.

725 votos e chapa 4 – 397 votos. A chapa 1 era encabeçada por Antonio Nascimento. A chapa 2 era a da CPEU. A chapa 3 foi patrocinada por Raul Schwinden e a chapa 4, denominada Movimento Moderado, parece ter contado, ainda que de forma indireta, com o apoio do CPP.

Com relação à plataforma, esta encontra-se publicada no jornal *APEOESP em Notícias* de Abril de 1979⁴⁵.

Dos membros da CPEU é possível afirmar que representam as “novas lideranças” sindicais no domínio educacional, cabendo-lhes as análises realizadas a respeito das “novas lideranças” sindicais em geral. Além disso parecem deter, de fato, a liderança do movimento dos professores, fazendo-o de forma democrática, suscitando a proliferação de lideranças regionais, de tal forma que qualquer ação repressiva que viesse a ser dirigida ao núcleo central não comprometeria a liderança do movimento.

AS REIVINDICAÇÕES

Histórico

Tentar-se-á, agora, apreender a história das reivindicações dos recursos humanos do sistema de ensino, com o objetivo de verificar sua presença e evolução, em quatro momentos julgados como dos mais significativos de suas transformações: o da fase heróica dos “mestres-escolas” (período pré-republicano e primeira fase do período republicano da trajetória do Sistema); a fase da grande mobilização (fase da consolidação do CPP – 1934/1935); a fase da greve de 1963 e a da greve de 1978/1979⁴⁶.

1. A Fase Heróica dos “Mestres-escolas”

A se acreditar nas idéias de Raimundo Pastor⁴⁷, “a senda palmilhada pelos que se dedicam ao ensino desde a antiguidade greco-romana até hoje, é um sulco raso de lágrimas derramadas por esta classe em benefício de outras”⁴⁸ e o professor “se, fisicamente não é escravo”⁴⁹ é, contudo, um pária⁵⁰.

Esta perspectiva dá sentido às posições assumidas e ocupadas por esta categoria em toda sua história e à fase considerada, em particular.

Nesta fase já é possível encontrar, no Brasil, referências, ainda que indiretas, aos fatores salário, estabilidade, satisfação pessoal, qualidade e quantidade do material, estrutura e legislação, planejamento e coordenação, forma de seleção, admissão e nomeação, bem como aos aspectos políticos da educação.

– salário

Já nos meados do século passado há referências aos baixos salários dos professores das “aulas-maiores”⁵¹ e a expedientes pouco recomendáveis de que lançaram mão para recomporem orçamentos familiares. Eis uma informação e uma denúncia:

“a fim de complementar seus parcos vencimentos, os professores das aulas maiores, impunemente, deixavam-se estender para dar lições particulares com prejuízo das obrigações colegiais. Em Olinda, onde avultavam os

abusos, denunciaria em 1847 o Ministro Marcelino de Brito, “Lente já houve que, no ano, não foi a sua cadeira mais de vinte ou trinta vezes pretextando moléstia que, aliás, não o impediu de se ocupar de outros negócios; e dentre os professores do Colégio de Artes tais há que, dando parte de impedidos para irem às aulas, ensinam em suas casas, e têm-se animado a anunciar nos periódicos que dão lições particulares das mesmas matérias que são obrigados a ensinar pública e gratuitamente”⁵².

– estabilidade

A questão da estabilidade dos professores já era objeto da preocupação das autoridades de ensino da época. Eis uma manifestação de Paulino de Souza, Ministro do Império:

“Em algumas províncias se tem, mais de uma vez, feito arma eleitoral da remoção. É ponto este que merece toda consideração, porque a não se dar independência e segurança aos professores, já mal pagos e pouco atendidos, não avultarão as vocações para uma carreira que por ora, entre nós, não é ainda tão sedutora”⁵³.

– satisfação pessoal

A falta de entusiasmo e a insatisfação profissional dos professores, já merecia a atenção das autoridades escolares da época. Eis dois testemunhos:

“A sua face moral é representada por um homem profundamente descontente da sua sorte, pungido pela necessidade, queixoso da desconfiança e descrédito em que é tida a sua profissão... Esse homem é o mestre público que ensina por ensinar, mas sem fé, sem gosto ou entusiasmo no cumprimento de um difícil dever.”⁵⁴

“Está ali exercendo o magistério público talvez muito contra a sua vontade e inclinações.”⁵⁵

– qualidade e quantidade do material

As condições materiais já apareciam como insatisfatórias, talvez devido à política de seu provimento: eram adquiridas pelos próprios professores com parte de seus salários. Eis um relato:

“As casas que lhes servem de sede não oferecem nenhuma das condições requeridas para semelhante fim: vimos em cada uma delas uma multidão de meninos amontoados, apenas podendo mover-se e respirar em salas estreitas, mal arejadas, e inadequadas para o método de ensino que se adotou... (o professor) explicando o mau estado do estabelecimento com a exiguidade de seu ordenado que mal lhe chega para as primeiras precisões da existência.”⁵⁶

45 *APEOESP em Notícias*, Caderno das eleições, abril de 1979, p. 6.

46 Essa tentativa restringiu-se aos dois primeiros momentos, uma vez que, com relação aos dois últimos, ela já foi desenvolvida nas partes anteriores deste trabalho.

47 Talvez valesse a pena um estudo do pensamento desse professor, diretor em 1934 do Grupo Escolar de Piedade. A leitura em retrospectiva de suas idéias impressiona por sua profundidade e atualidade.

48 PASTOR, Raimundo, “O averso da medalha”, *Revista do Professor*, ano I, nº 2, Centro do Professorado Paulista, São Paulo, abril de 1934, p. 13.

49 *Idem*

50 *Idem*

51 Ver HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto, *O ensino secundário no Império Brasileiro*, São Paulo, Grijalbo/EDUSP, 1972, p. 262.

52 *Idem*, p. 49

53 *Idem*, p. 40

54 HOMEM, Torres, *apud* HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto, *op. cit.*, p. 209.

55 MACEDO DE TEIXEIRA, *apud* HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto, *op. cit.*, p. 248.

56 HOMEM, Torres, *apud* HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto, *op. cit.*, p. 209.

— estrutura e legislação

A estrutura do ensino já provocava críticas acerbas, como a que se segue:

"A par... da funesta preferência pelo sistema de Lancaster... aparece outro defeito do círculo nimamente estulto das matérias que se compõe o estudo primário nesses estabelecimentos da nação. ... Pelo que pertence à instrução secundária, ela existe ainda até hoje, literalmente, no mesmo estado em que a deixou o regime colonial."⁵⁷

— planejamento e coordenação

Não é estranha ao período a descontinuidade administrativa, conforme se observa pela informação abaixo:

"Sucediam-se as reformas, muitas delas revogadas, sem terem sido postas em execução, consistindo a legislação relativa à instrução pública em muitas províncias, num amontoado de disposições desconexas"⁵⁸.

— forma de seleção, admissão e nomeação

A preocupação e uma crítica velada à forma de seleção, admissão e nomeação já pode ser notada na observação que se segue:

"Os professores, ainda quando escrupulosamente nomeados, não têm para os ativar o incentivo do lucro, ou porque não recebem a perda do lugar desde que são vitalícios, ou porque graças à posição em que se acham de empregados públicos pagos por ano, e não pelo número mais avultado de alunos... não temem diminuição de vencimento e assim, com honrosas exceções, não se dedicam, muitas vezes, ao ensino..."⁵⁹

— aspectos políticos da educação

Não escapou aos responsáveis pela administração da época, conforme se depreende de leitura do trecho abaixo, o papel político desempenhado pela educação.

"Um quarto de século tem decorrido depois de nossa política emancipação e por incúria e indiferença, nada mais se tem feito a este respeito do que conservar a obra mesquinha de um governo que aliás devia ser interessado em nossa ignorância pelo duplo motivo de ser governo absoluto e governo metropolitano."⁶⁰

2. A Fase da Grande Mobilização

Essa fase corresponde a um período da história do Brasil que viu eclodir a Revolução de 30, expressão política de um processo social que teve no crescimento das camadas médias e populares urbanas e na alteração de suas estruturas de necessidades e insatisfações fatores mais significativos. Trata-se de um momento que reunia todas as condições para o grande surto de mobilização que invadiu o país.

Não se devem descartar outros dois fatos que teriam contribuído para o grande surto de mobilização do período: a Revolução constitucionalista de 1932 — "um povo em armas" é uma massa mobilizada, é uma "massa articulada" que pode ser aproveitada mesmo para atendimento de palavras de ordem diferentes das responsáveis pela mobilização e articulação originárias — e o desenvolvimento, no país, das idéias "coletivistas" de esquerda ou de direita, essas últimas favorecidas pela ação integralista.

Impressiona, nesta fase, a importância assumida pelo debate relacionado à organização das diversas categorias dos recursos humanos do sistema estadual de ensino

no — os movimentos de classes —, diferentemente do que ocorrera em toda a fase anterior.

A organização de classe é vista como pré-requisito para o atendimento das demais reivindicações, que podem ser agrupadas nos fatores carreira, estabilidade, salário, qualidade do serviço do pessoal técnico-administrativo, estrutura e legislação, planejamento e coordenação, forma de seleção, admissão e nomeação, sistema de avaliação e promoção, ou nos aspectos políticos da educação e condições políticas, econômicas e sociais do país.

— carreira

A preocupação com a necessidade de se estruturar uma carreira do Magistério aparece na reivindicação abaixo:

"Todos os cargos no magistério, quer técnicos ou administrativos, com exceção única do Diretor Geral do Ensino, devem ser preenchidos exclusivamente por acesso. Guerra sistemática à introdução de elementos estranhos ao quadro do magistério efetivo, para preencher cargos elevados."⁶¹

— estabilidade

Abaixo, algumas das manifestações a respeito da estabilidade entendida como segurança da permanência no cargo e possibilidade de antever a situação profissional futura, bem como seus futuros vencimentos.

"Que professor poderá num ambiente de coação e insegurança, incutir no espírito dessa criancada os princípios de uma educação idônea..."⁶²

"Não olvide, ainda, que sua situação é precaríssima, podendo ser removido a qualquer hora independentemente de sua vontade, sob pretexto de necessidade de ensino."⁶³

"Se a Constituição (Federal) houvesse consignado a vitaliciedade e a inamovibilidade do professor e a irreduzibilidade de seus vencimentos"⁶⁴ e uma complementação profética: "Agora, a obtenção dessas concessões vai ser uma longa e penosa luta de muitos anos ainda."⁶⁵

— salário

Como não poderia deixar de ser, o maior volume de reivindicações da fase diz respeito ao fator salarial. Abaixo algumas manifestações:

"Vivendo de um ordenado insignificante, o professor tem que fazer milagres para manter com decência a si e a sua família."⁶⁶

57 *Idem*

58 HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto, *op. cit.*, p. 30.

59 FERRAZ, Couto *apud* HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto, *op. cit.*, p. 171.

60 HOMEM, Torres, *apud* HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto, *op. cit.*, p. 209.

61 PASTOR, Raimundo, "Arregimentemo-nos, Professores, que a união faz a força", *Revista do Professor*, nº 5, Centro do Professorado Paulista, São Paulo, agosto de 1934, p. 7 e 8.

62 *Idem*

63 PASTOR, Raimundo, "Professores, pelo nosso bem-estar", *Revista do Professor*, nº 6, Centro do Professorado Paulista, São Paulo, setembro de 1934, p. 14.

64 "O que faltou na Constituição", *Revista do Professor*, nº 5, Centro do Professorado Paulista, São Paulo, agosto de 1934, p. 34.

65 *Idem*

66 CARVALHO, Theofilo Souza, "Classe Desunida", *Revista do Professor*, ano I, nº 1, Centro do Professorado Paulista, São Paulo, março de 1934, p. 6.

"Eis porque a maioria da classe, num gesto que não pode ser reprovado, dedica-se pouco ao magistério e passa a ocupar-se com assuntos estranhos a sua profissão, a fim de, com tal atividade, fazer face aos numerosos compromissos que lhe são impostos pela representação social e pela manutenção da família."⁶⁷

"Já conseguimos a suspensão de uma insignificante parte (do imposto sobre vencimentos)... graças a atividade desenvolvida pelo Centro do Professorado Paulista..."⁶⁸

"Quanto à questão da aposentadoria sobre a totalidade dos vencimentos... uma das medidas já relacionadas em tempo pelo CPP."⁶⁹

qualidade do serviço do pessoal técnico administrativo
Já se encontram, nesta fase, denúncias veladas, como a abaixo, a respeito da natureza e qualidade dos serviços prestados pelo pessoal dos órgãos técnicos do sistema.

"A normalidade financeira do Estado virá... deixando de fazer despesas desnecessárias. E estas, evidentemente, não são feitas no departamento de ensino, onde seriam, talvez justificadas."⁷⁰

— estrutura e legislação

Verifica-se ao menos uma denúncia contundente à legislação do ensino vigente:

"... de enfrentar os inimigos de sua missão que uma legislação eunuca e desmoralizante ampara e incrementa."⁷¹

— planejamento e coordenação

A falta de continuidade da ação educacional e a escolha de prioridades já eram objeto de reparos.

"... o patriotismo dum governo... afere-se e se caracteriza, não apenas pelo número de unidades escolares ou das reformas porque passa seu aparelhamento escolar, mas sobretudo e principalmente, pela consideração e pelo respeito que dispensa ao professor."⁷²

"Não temos exemplos frisantes de reformas de ensino, em que cada uma parece querer arrasar o que a precedente consagrou?"⁷³

"Basta dizer que enquanto, no período, de 1851 a 1930, apenas ocuparam o posto 13 pessoas, durante o período revolucionário isto é, de outubro de 1930 a abril de 1935, passaram pela Diretoria de Ensino nada menos de 8 titulares."⁷⁴

— forma de seleção, admissão e nomeação e sistema de avaliação e promoção.

Defende-se já, nesta fase, conforme se vê abaixo, a objetividade do processo de seleção e promoção.

"A obtenção de critério definido e definitivo de caráter objetivo, para ingresso e promoção ao magistério, tomando-se exclusivamente como base nas promoções: merecimento e antiguidade."⁷⁵

— aspectos políticos da educação

A conjuntura política não poderia ter deixado de despertar a atenção para os aspectos políticos da educação. Abaixo algumas manifestações referentes à questão.

"(O professor)... é que ... envolve de mística sagrada os heróis de uma pátria... satura de emoções escaldantes, os símbolos nacionais... impregna de fetichismo o pendão nacional, o hino nacional, o condão nacional."⁷⁶

"... garantias constitucionais, que lhe permitam, se não contrastar os desígnios da política absorvente, que tenta anular a personalidade moral do cidadão, pelo menos atenuar quanto possível esses desígnios mediante uma campanha de reerguimento moral empreendida pelo professor."⁷⁷

— condições políticas, econômicas e sociais do país

Essa mesma conjuntura explica a proliferação em grande número de manifestações acerca das condições políticas, econômicas e sociais do país, algumas das quais são transcritas abaixo, que expressam ora uma tentativa de interpretar a realidade, ora um esforço de análise histórica, econômica, sociológica e política, ora uma mobilização da classe para a luta política partidária.

"Em todas as ocasiões o professor público é o bode expiatório das más situações, sejam elas de ordem política, social e financeira. E ele não abre a boca, não pia."⁷⁸

"O mês de abril (de 1933) gastamo-lo na lufa-lufa da campanha eleitoral, em que o Centro se vira indiretamente envolvido para a eleição dos representantes à Assembléia Constituinte (Federal). O desfecho do prélio permitiu-nos constatar até que ponto o Centro estava esquecido no seio da classe. Não fomos ouvidos e a derrota sofrida pelos candidatos do magistério refletia claramente que o Centro não realizara a sua obra de congregação dos elementos dispersos do professorado e não conseguira associá-los num bloco só."⁷⁹

"O professorado de São Paulo, constituído de mais de 12 mil funcionários, haveria podido fazer falar essa voz. Ele não quis. Ou não entendeu a necessidade e derrotou o seu candidato."⁸⁰

"Mas o Estado, cego e surdo, não vê as necessidades do professor."⁸¹

As quatro observações abaixo são bastante reveladoras da matriz ideológica dominante nesta fase do movimento dos professores:

1) a linguagem utilizada no discurso mobilizador: "grande força", "grande valor", "grande poderio de sua expressão", "vontade coletiva", "grande programa", "grande parcela de responsabilidade", "engrandecer a sociedade", "força moral, predomínio de todas as vitórias",

67 *Idem*

68 CARVALHO, Theofilo Souza, "De Rebus", *Revista do Professor*, ano I, nº 4, Centro do Professorado Paulista, São Paulo, junho/julho de 1934, p. 7.

69 PASTOR, Raimundo, "Agora, o reverso da medalha", *Revista do Professor*, ano I, nº 4, Centro do Professorado Paulista, São Paulo, junho/julho de 1934, p. 16.

70 PASTOR, Raimundo, "Agora, o reverso da medalha", *op. cit.*, p. 16.

71 *Idem*, p. 5

72 *Idem*

73 PASTOR, Raimundo, "Arregimentemo-nos, Professores, que a união faz a força", *op. cit.*, p. 7.

74 "Os chefes de ensino público em São Paulo", *Revista do Professor*, ano II, nº 11, Centro do Professorado Paulista, São Paulo, março de 1935, p. 13.

75 PASTOR, Raimundo, "Arregimentemo-nos, Professores, que a união faz a força", *op. cit.*, p. 7 e 8.

76 PASTOR, Raimundo, "Agora, o reverso da medalha"; *op. cit.*, p. 5 e 6.

77 PASTOR, Raimundo, "Arregimentemo-nos, Professores, que a união faz a força", *op. cit.*, p. 7 e 8.

78 *Idem*

79 MERRUCCI, Sud, "Relatório apresentado à Assembléia Geral, realizada em 25 de janeiro de 1933", *Revista do Professor*, ano I, nº 1, Centro do Professorado Paulista, São Paulo, março de 1934, p. 20.

80 "O que faltou na Constituição", *Revista do Professor*, ano I, nº 5, Centro do Professorado Paulista, São Paulo, agosto de 1934, p. 34.

81 PASTOR, Raimundo, "O anverso da medalha", *op. cit.*

"grandioso programa", "a mais poderosa associação de Classe da América do Sul";

2) o ruralismo, principalmente os batalhões ou milícias rurais;

3) uma poesia de Luiz Edmundo que conta, entre outros, com os seguintes versos:

"Um gato que era chefe conceituado
De um bando bolchevista
Vai à cozinha de um capitalista.

Quando em jejum... sou sempre bolchevista.
Mas, quando como... sou conservador."⁸²

4) a transcrição "pela grande oportunidade que tem muitas de suas afirmações e conclusões"⁸³ de conferência intitulada: "A decadência dos povos civilizados à luz da biologia", pronunciada pelo prof. Erwin Bauer, diretor do Instituto Nacional de Estudos Biológicos de Berlim, na Sociedade Alemã de Buenos Aires. Eis uma de suas conclusões: "As medidas aconselhadas para obstar essa decadência são de duas espécies:... 2) Devemos impedir o processo da seleção negativa... isto é, empregar todos os esforços no sentido de conseguir que os homens bem dotados física e psiquicamente se reproduzam no mínimo tanto quanto os mal dotados. Não é, porém, possível tirar todas as conseqüências práticas e políticas (dessa medida) neste artigo."⁸⁴

— movimento de classe

É, contudo, conforme se constata abaixo, com relação à mobilização da classe que esse período é rico em manifestações.

"Aí fica para uso dos indiferentes a advertência do adágio cooperativista: "L'union fait la force... même cideessous!"⁸⁵

"... como toda a classe que tem aspirações, precisa dum órgão de publicidade, pelo qual possa defender suas pretensões justas e, criar esse sentimento de solidariedade que liga e irmana todos os membros de uma profissão."⁸⁶

"Eu já pensei, como professor que sou, que seriam os governos grandes culpados dessa calamidade. Mas hoje, após madura reflexão e experiência, vejo que os únicos culpados são os professores... o egoísmo e a vaidade dos que estão em melhores condições para os que se encontram em plano inferior e em dificuldades materiais da época que atravessamos."⁸⁷

"Lembre-se professorado... de que nos devemos unir para... conquistar o prestígio que há muito devíamos desfrutar perante o governo e perante as próprias autoridades escolares."⁸⁸

"O proletariado, através de suas organizações e por meio dos sindicatos, tem levado vantagens palpáveis na defesa de seus interesses relativamente às medidas solicitadas pelos professores."⁸⁹

"... o grande ideal do magistério de São Paulo é ver a sua sociedade principal una, sólida e prestigiada."⁹⁰

"... saber o que o professor quer, para poder-se organizar um programa de reivindicações. Isto depende, naturalmente, duma consulta ao professorado."⁹¹

"Não percamos de vista que o interesse de toda política que se inspira em outros motivos que não os do patriotismo, é manter desagregada toda massa humana que possa, pela sua força eleitoral, uma vez unida, fazer valer seus

direitos. Haja visto como foi guerreado o direito de representação profissional na Assembléia Constituinte, e como é combatida por alguns trustes jornalísticos a sindicalização das classes. Enquanto os conglomerados profissionais permanecerem em estado difuso e confuso, terão seus direitos postergados. Lembremo-nos que a união faz a força."⁹²

RESUMO E CONCLUSÕES

As reivindicações do pessoal do sistema crescem em número e complexidade, basicamente, porque decorrem de um modelo sócio-econômico que, ao mesmo tempo que incentiva o avanço do quadro da estrutura de necessidades de toda a população, não permite, senão a uma pequena parcela, sua satisfação.

A evolução desse modelo econômico implica, necessariamente, na proletarianização de faixas cada vez maiores da população⁹³. Os professores, conforme observou Charles Wright Mills, são os proletários da classe média, daí suas reações contraditórias, ora como proletários, ora como classe média.

As greves de 1963, 1978 e 1979 revelam características diferentes. A greve de 1963 apresentou um duplo caráter, constituindo-se, em grande parte, um movimento da burocracia do sistema (Diretores de Escola, Inspectores, Delegados e Técnicos de Ensino Primário) que se utilizou dos professores primários como "massa disponível". Esse raciocínio não se aplicaria a essa greve no que diz respeito ao pessoal do secundário. Por sua vez, a greve de 1978 foi uma greve dos professores que, a partir das bases do sistema, conseguiu empolgar suas lideranças. A de 1979 foi uma greve dos professores, apesar das lideranças, o CPP nunca a apoiou e a CPEU tentou evitá-la.

82 EDMUNDO, Luiz, "O gato bolchevista", *Revista do Professor*, ano I, nº 2, Centro do Professorado Paulista, abril de 1934.

83 *Revista do Professor*, ano I, nº 5, Centro do Professorado Paulista, São Paulo, agosto de 1934, p. 15.

84 *Idem*

85 CARVALHO, Theofilo Souza, "Classe Desunida", *op. cit.*

86 PASTOR, Raimundo, "O anverso da medalha", *op. cit.*, p. 13.

87 CARVALHO, Theofilo Souza, "Classe Desunida", *op. cit.*, p. 6.

88 LEITE, Olavo, "Do Ensino e do Professorado — Comentários", *Revista do Professor*, ano I, nº 3, Centro do Professorado Paulista, São Paulo, maio de 1934, p. 6.

89 *Idem*

90 Ver nota de nº 15.

91 PASTOR, Raimundo, "Arregimentemo-nos, Professores, que a união faz a força", *op. cit.*, p. 7

92 *Idem*

93 Ver MILLS, Charles W., *op. cit.*, p. 313: "Nas definições que usamos, a proletarianização pode referir-se à transformação das ocupações de classe média em condição operária, em termos de renda, propriedade, qualificações, prestígio ou poder, quer as pessoas envolvidas tenham consciência disso ou não... Seria possível, por exemplo, que um grupo de *colarinhos-brancos* se tornasse praticamente idêntico aos operários, em renda, propriedade e capacidade, mas recusasse essa equiparação em termos de prestígio, e baseasse toda sua consciência em fatores ilusórios de prestígio"; e p. 147: "Os professores, especialmente os do primário e secundário, são do ponto de vista econômico, os proletários das profissões liberais".

Essas greves só foram possíveis graças à conjuntura econômica, social e política que caracterizava o momento em que eclodiram. Quanto à mais tradicional das associações do pessoal do ensino, o CPP, principal responsável, no passado, pela articulação e agregação dos interesses desse pessoal, encontra-se em fase de perda de capacidade de liderar e já iniciou uma estratégia de ação no sentido de bloquear a ascensão de novas e competitivas lideranças.

O acordo recentemente estabelecido com a Secretaria da Educação, visando o fim da greve do pessoal do ensino (greve de 1979), constitui o lance mais espetacular dessa estratégia. O CPP deverá tentar dar continuidade à sua ação bloqueadora, através de um conjunto de medidas administrativas, uma vez que controla uma parcela não desprezível do poder na Secretaria.

A Comissão Pró-Entidade Única, vencedora da eleição para a diretoria da APEOESP, realizada em 18 de abril de 79, representa a nova liderança do setor, senão plenamente consolidada, ao menos emergente. Sua consolidação dependerá de um nível de organização muito alto, na medida em que tiver que se defrontar com três burocracias: a da própria APEOESP, do CPP e da Secretaria da Educação.

As diretorias de algumas associações que reúnem o pessoal do ensino, pressentindo a emergência de uma luta pela liderança, redefiniram e redefinirão suas posi-

ções no sentido de legitimar-se perante suas bases e o farão antecipando o que julgam constituir seus reais interesses. A formação de uma Federação do pessoal do ensino constituiria um desses interesses e facilitaria ou viabilizaria a representação dos demais interesses. Logo, deverá ser objeto das preocupações centrais dessas diretorias.

Face aos quadros ideológicos das lideranças emergentes e das que lutam por emergir, verifica-se uma propensão para se alterar a orientação das tendências do movimento do pessoal do ensino, o que deve ser reforçado pelas alianças que ligam e ligarão essas lideranças a outras com interesses e características comuns, como as da Igreja, da imprensa e de outros setores sociais e profissionais. Logo, esse movimento, que pode ser caracterizado como movimento social urbano de caráter sindical, parece estar propenso a alterar suas orientações e tendências, abandonando sua linha "associativista" e adotando uma linha "classista".

A percepção política da burocracia emergente da Secretaria da Educação, relativamente a essa situação — o acordo da Secretaria com o CPP já mencionado, é bastante significativo — tenderia a agravar o já tenso padrão de relações que liga a administração à base do sistema, contribuindo, assim, para tornar mais crítico o quadro que neste trabalho se tentou delinear.